

Titular da pasta critica senadores pela rejeição, na última quarta-feira, da “minirreforma trabalhista” e diz que a derrota foi de, no mínimo, “2 milhões de brasileiros, não do governo”. Ele promete novo texto em até 10 dias, sem a proposta de redução de salários e jornadas

“Senado não compreendeu MP”

» DENISE ROTHENBURG
» JOÃO VITOR TAVAREZ*

O ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, criticou o Senado por ter rejeitado a Medida Provisória (MP) 1.045/2021. Na avaliação de parlamentares, a chamada “minirreforma trabalhista” não só não teve ampla discussão como fragilizava as relações de trabalho. A proposta permitia, por exemplo, a redução de salários e jornadas diante dos impactos econômicos da covid-19, o BEm (Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda).

“O termo ‘minirreforma trabalhista’ é uma barbaridade. Não tinha nada disso. (...) A minha indignação é porque o Senado não compreendeu. Talvez, tenha valorizado muito mais uma disputa política com a Câmara. Pagou a conta, lamentavelmente, quem precisa de emprego. Eram programas excepcionais para um país que precisa sair de um processo de recuperação econômica”, sustentou, em entrevista ao programa CB.Poder, parceria entre o Correio e a TV Brasília.

Lorenzoni disse que trabalha em novo texto, a ser definido nos próximos dias, que será enviado por medida provisória ou projeto de lei. “Basicamente, vamos apresentar os mesmos programas da proposta inicial, exceto o BEm”, afirmou. Ele também destacou que pretende, em até seis meses, acabar com a fila de pedidos de aposentaria, na qual há 1,8 milhão de pessoas. Veja os principais trechos da entrevista:

Na quarta-feira, o Senado rejeitou a minirreforma trabalhista. Como o senhor recebeu essa notícia?

Com um misto de tristeza e indignação. O termo “minirreforma trabalhista” é uma barbaridade. Não tinha nada disso. A Medida Provisória (1.045/21) tratava de quatro programas. O primeiro, o BEm (Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda), permitiu a proteção de quase 14 milhões de empregos com carteiras assinadas, entre a aplicação no ano passado e a vigência da MP nos últimos quatro meses. Depois, o Priore (Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego), voltado para os cerca de 8 milhões de jovens, entre 18 e 29 anos, que nem trabalham nem estudam. Ele tinha, ainda, a vantagem da empregabilidade para maiores de 50 anos. Dificilmente alguém nessa faixa etária consegue retornar ao mercado de trabalho após perder a carteira assinada. É muito complexo isso. Temos uma cultura do funcionário jovem. Não há, ainda, a valorização do sênior. Assim, o Priore era uma fórmula para que os mais experientes voltassem ao mercado de trabalho. As novidades, em termos de oportunidade de ocupação, eram o Bônus de Incentivo à Produtividade e o Bônus de Incentivo à Qualificação. Ambos agiam nos públicos mencionados. A minha indignação é porque o Senado não compreendeu (as propostas). Talvez, tenha valorizado muito mais uma disputa política com a Câmara — as casas legislativas, por

vezes, assumem posições divergentes. Pagou a conta, lamentavelmente, quem precisa de emprego. Eram programas excepcionais para um país que precisa sair de um processo de recuperação econômica.

Como contornar a situação, após derrota da MP no Senado? Será criado outro projeto?

Volto a dizer: os que saíram derrotados foram, no mínimo, 2 milhões de brasileiros, não o governo. Desde de quinta-feira, estamos mobilizados em várias questões a serem resolvidas. Uma delas é o formato em que vamos enviar (a nova proposta), se por medida provisória ou projeto de lei. Além disso, será preciso remanejar o saldo de R\$ 3 milhões, de um total de R\$ 10 milhões, previsto para o BEm. Basicamente, vamos apresentar os mesmos programas da proposta inicial, exceto o BEm. Os demais — Priore, os bônus de qualificação e produtividade e o serviço social — foram inseridos na MP por emenda do relator. Então, não caem nessa regra, visto que não podem ser apresentados na mesma sessão legislativa. Acredito que até segunda-feira teremos condições de sinalizar para que lado vai.

Então, neste mês sai um novo projeto?

Em menos de 10 dias, sai.

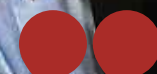
Existe possibilidade de uma nova etapa da reforma da Previdência?

Não acredito. O que fizemos

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O termo ‘minirreforma trabalhista’ é uma barbaridade. Não tinha nada disso. A minha indignação é porque o Senado não compreendeu (as propostas). Talvez, tenha valorizado muito mais uma disputa política com a Câmara”



Há cerca de 1,8 milhão de pessoas na fila para vários benefícios. Quando assumi o Ministério do Trabalho e Previdência, pedi que as equipes se debruçassem para acabar, no mais curto espaço de tempo, com a fila. Espero que, em até seis meses”

em 2019 dá tranquilidade pelos próximos 10 anos.

E a fila extensa do INSS, como será colocada em dia? Quantas pessoas aguardam pela aposentadoria?

Há cerca de 1,8 milhão de pessoas na fila para vários benefícios. Quando assumi o Ministério do Trabalho e Previdência, pedi que as equipes se debruçassem para acabar, no mais curto espaço de tempo, com a fila. Espero que, em até seis meses, antes de eu sair para disputar as eleições.

Como isso será feito, por legislação?

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) perdeu muita gente. Há um déficit de força de trabalho. Com a pandemia, piorou. Mas, agora, a ideia é pensar fora da caixa. Venho conversando com vários setores da sociedade e possuo

um conjunto de medidas que, creio, possam funcionar. Semana que vem, nossa equipe vai se debruçar sobre isso tudo, pois, antes, estávamos focados na MP 1.045, embora uma parte da equipe produzisse alternativas para o INSS.

Quais seriam as medidas?

Uma delas é o convencimento entre o INSS e os cartórios, a fim de resolver questões de benefícios, como auxílio-doença, morte, pensões e transferência de pensão, por exemplo. Isso aconteceria por meio de um sistema interligado entre cartórios e INSS. Medidas assemelhadas a essa podem atuar, inclusive, nos trabalhos em salas de teleavaliações (saúde), o que pode retirar da fila aqueles casos de baixa gravidade. A tecnologia está aí para nos ajudar, não atrapalhar. O estímulo à nossa equipe é pensar fora da caixinha.

O que esperar do 7 de Setembro?

Primeiro, um dia lindo, porque é o dia da pátria. Segundo, colorido de verde e amarelo. Depois, acompanho esse projeto com Jair Bolsonaro desde 2017. Nunca vi, andando por todos os estados brasileiros, uma lata de lixo virada, carro arranhado ou uma janela quebrada (nas manifestações). Ou seja, as pessoas que vão ao encontro do presidente levam carinho e afeto. Na minha avaliação, teremos um belíssimo 7 de setembro, em que milhões de pessoas irão às ruas para mostrar amor ao país e sua crença no momento que vivemos, assim como demonstrar apoio ao presidente. Uma festa cívica e democrática. Quem gosta de vandalizar é uma turma que anda de vermelho.

Teremos uma polarização política em 2022? O senhor vai continuar

no Democratas (DEM)?

Na minha perspectiva, estarei com o presidente. E o partido em que eu estiver, a condição é estar com Bolsonaro. Luto internamente para que o DEM esteja com o chefe do Executivo.

Vai se candidatar a algum cargo?

O meu coração me empurra para a candidatura ao governo do meu estado (Rio Grande do Sul). Quando conversei com Bolsonaro, combinamos que, até dezembro deste ano, eu fico no Ministério do Trabalho. Depois, ele me autoriza a assumir a pré-candidatura ao governo do Rio Grande do Sul. Mas, até lá, é foco total no governo para superar os desafios decorrentes da pandemia.

*Estagiário sob supervisão de Cida Barbosa

CPI DA COVID

Aziz garante: lobista que fugiu depõe dia 15

O presidente da CPI da Covid, senador Omar Aziz (PSD-AM), assegurou, ontem, que Marconny Faria, apontado como lobista da Precisa Medicamentos, prestará depoimento em 15 de setembro. O senador também garantiu que Marco Tolentino, suspeito de ser sócio oculto do FIB Bank, teve a oitiva agendada para 14 de setembro. Ambos deveriam ter comparecido ao Senado na quinta-feira passada. Segundo Aziz, os advogados de Marconny entraram em contato com ele confirmando a data da oitiva, mas, mesmo assim, o senador disse que manterá os pedidos de condução forçada. Caso o convocado não compareça dia 15, o presidente da CPI pediu “a imediata condução coercitiva com o uso da força policial necessária”.

O parlamentar também confirmou que, em 14 de setembro, a CPI planeja recolher o depoimento de Tolentino — que apresentou, assim como Faria, um atestado médico alegando sua incapacidade de comparecer ao Senado —, apontado como “sócio oculto” da empresa FIB Bank,

que está na mira do colegiado. O comando da comissão, no entanto, desconfiou da incapacidade de Tolentino após, no mesmo dia em que estava prevista sua oitiva, ter participado de uma entrevista para o portal *O Antagonista* mesmo estando internado, em São Paulo, no hospital Sírio-Libanês. Tolentino, porém, é considerado figura menor, pois sua atuação, em tese, se restringiria à capacidade financeira do FIB Bank, que não é banco nem seguradora, mas apresentava uma carta fiança de aproximadamente R\$ 81 milhões para que a Precisa pudesse fechar o contrato de R\$ 1,6 bilhão para a venda da vacina Covaxin com o Ministério da Saúde. O que a comissão quer, mesmo, é desfiar o fio das conexões de Marconny.

Peça-chave

O lobista passou a ser peça-chave não apenas do contrato entre a Precisa e o ministério, mas em episódio que envolve o núcleo próximo de Jair Bolsona-

Reprodução/Rede Sociais



Ana Cristina e Jair Renan teriam estreitado contato com Marconny

ro. Isso porque a proximidade com a advogada Karina Kufa, com o quarto filho do presidente, Jair Renan, e com a mãe dele, Ana Cristina Valle — cujo requerimento para que deponha à CPI foi apresentado, ontem, pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Na sessão de quinta-feira, depois que os senadores decidiram fazer uma sessão secreta, no retorno dos trabalhos que vinham sendo transmitidos pela tevê, a CPI expôs parte dos relacionamentos de Marconny. O

da Secretaria-Geral da Presidência, Jorge Oliveira. O lobista supostamente teria interesse que o defensor público Leonardo Cardoso ocupasse a vaga.

Ana Cristina escreveu a Oliveira a solicitação: “Bom dia meu amigo (sic) venho lhe pedir um apoio ao candidato Dr Leonardo Cardoso de Magalhães para assumir o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União. É um candidato alinhado com os nossos valores, técnico e apoiador do Jair, sei que os outros dois candidatos são de esquerda, se puder fazer isso por mim serei muito grata um abraço”.

Na sequência, a ex-mulher de Bolsonaro dá retorno a Marconny: “Boa tarde, meu amigo, estive com o Jorge passei o caso prometeu que cair (sic) ver com carinho e coloquei na conta do Renan tbm agora vou esperar um pouco e cobrar ok bj (sic)”. Bolsonaro, porém, escolheu Daniel Macedo para o cargo.

Ainda pelos registros dos diálogos repassados à CPI pelo MPF, Marconny mantinha estreito contato com Jair Renan desde 2019. As conversas derivaram para negócios depois que a advogada do presidente, Karina Kufa, apresentou o lobista ao 04 e à mãe dele.

Negócios

De acordo com as conversas, Marconny e Jair Renan decidiram que um negócio poderia ser construído em 17 de setembro do ano passado. Ele fez contato com 04 para tratar de um contrato dele.

“Bora resolver as questões dos seus contratos! Se preocupe com isso. Como te falei, eu e o William (de Araújo Falcomer dos Santos, advogado) estamos à sua disposição para ajudar te ajudar”, escreveu Marconny.

“Show irmão. Eu vou organizar com Allan (Lucena, ex-pessoal trainer do filho do presidente) a gente se encontrar e organizar tudo” — responde Jair Renan, que ainda fala de um processo para registrar a marca no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e se cadastrar como micro-empendedor individual (MEI). Na sequência, o lobista manda mensagem para Falcomer, que o representa na CPI, perguntando se pode marcar uma reunião entre eles. Recebe sinal verde. Poucos dias depois, em novo contato com o advogado, pede que passe a ele a localização do escritório para que a remetesse a Jair Renan a fim de que pudessem se encontrar. (Colaboraram Fabio Grecchi e Tainá Andrade)